

Eles Não Usam Black Tie acontece em três décadas

Eleito o décimo quarto melhor filme brasileiro de todos os tempos segundo a Abraccine - Associação Brasileira de Críticos de Cinema, Eles Não Usam Black Tie perpassa três décadas de conjuntura nacionalista, desenvolvimentista colonial, golpe militar e abertura democrática controlada. Originado na peça de Gianfrancesco Guarnieri, de mesmo nome, provoca até hoje o melhor que o cinema pode acender: sentimentos.

Para nós, lutadores e lutadoras brasileiras por uma sociedade justa e de igual condições para todas e todos, um espetáculo que permanecerá atual em todos os tempos, um referencial histórico que não se pode esquecer.

A Peça Eles Não Usam Black Tie no ambiente de controle Estadunidense do Brasil

O mundo nos anos 50 estava em ambiente de redes de espionagem internacional, onde estacavam-se a CIA e a KGB. Nos EUA, o temor de que o comunismo pudesse infiltrar-se nas suas instituições leva as autoridades, em iniciativa que ficou conhecida como Macartismo, a investigar e perseguir milhares de cidadãos, a maioria dos quais funcionários públicos, sindicalistas, educadores e artistas. Na URSS, a KGB acumulava as funções de serviço secreto e de polícia política do governo soviético. O acirramento da corrida armamentista com a explosão, em 1952, da primeira bomba atômica se soma à resposta da Otan e o Pacto de Varsóvia assinado pelas potências do bloco soviético, que estabelece um comando militar unificado e a manutenção de tropas soviéticas nos Estados-membros.

Inconformados com a divisão do mundo em dois blocos conflitantes, dirigentes de 29 nações asiáticas e africanas, quase todas ex-colônias, se reúnem na Indonésia em 1955 com o objetivo de encontrar um caminho independente no campo das relações internacionais que lhes permitisse não se envolver no confronto Leste-Oeste. O encontro marca o início do Movimento dos Países Não-Alinhados, o qual se estabeleceria oficialmente na I Conferência dos Chefes de Estado e de Governo Não-Alinhados, realizada em Belgrado, na antiga Iugoslávia, em setembro de 1961, com a participação de delegações de 25 países (depois, o movimento cresceria com a adesão de dezenas de outros países, em geral nações em desenvolvimento submetidas ao neocolonialismo).

Na Europa, que deixara de ser o centro hegemônico do mundo, o momento é de reconstrução, com os países do oeste recuperando suas economias espetacularmente e ao mesmo tempo

adotando o modelo do Estado de Bem-Estar Social. No leste, tropas soviéticas marcham sobre as primeiras rebeliões populares contra Moscou (Alemanha Oriental, 1953, Hungria, 1956), abortando-as. Em 1957, é assinado o Tratado de Roma, iniciando-se o processo de construção do que é hoje a União Européia.

Na África, o colonialismo europeu começa a entrar em declínio. A Líbia se emancipa em 1951; o Quênia se insurge pela primeira vez em 1952; a Argélia começa sua guerra de independência em 1954; o então Congo Belga inicia seu movimento nacionalista; o Sudão, a Tunísia e o Marrocos tornam-se independentes em 1956, Gana em 1957 e Guiné em 1958. A seu turno, o Egito nacionaliza o Canal de Suez em 1956, o que desencadeia um conflito militar – Guerra de Suez – envolvendo as forças britânicas, francesas, israelenses e egípcias. Por pressão da comunidade internacional, a guerra é interrompida e uma força de paz da ONU é enviada à região.

Na Ásia, um Japão ocupado pelos EUA se reconstrói rapidamente e se encaminha para a democracia e modernização. Em 1950, a China invade o Tibete e o ocupa inteiramente um ano depois. Em 1954, a Batalha de Dien Bien Phu determina o fim do domínio francês sobre a então Indochina, e o Camboja, Laos e Vietnã se tornam independentes. O Vietnã, contudo, é dividido em dois países: Vietnã do Norte, comunista, e Vietnã do Sul, capitalista, tal como fora feito com a Coreia em 1948.

Na América Latina, os governos que se sucedem são ora democráticos, ora não. Em 1953, os EUA intervêm na Guatemala por meio da CIA, abandonando assim a Política da Boa Vizinhança. No Caribe, a Revolução Cubana de 1959 traz à cena a primeira experiência socialista das Américas.

No Brasil, acontecem as eleições presidenciais de outubro de 1950, com o apoio do Partido Social Progressista (PSP) e de setores dissidentes do Partido Social Democrático (PSD), Getúlio Vargas concorre pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e se elege com 48,7% dos votos, derrotando Eduardo Gomes, da União Democrática Nacional (UDN). Seu novo governo, que se inicia em 31 de janeiro de 1951, é marcado pela mesma orientação nacionalista e populista do anterior (1930-1945), com o Estado exercendo papel central na economia e se apoiando nas classes populares. Vargas controla a economia, promove a indústria nacional, restringe a entrada e saída do capital estrangeiro e aumenta o salário mínimo substantivamente. Em dezembro de 1951, envia ao Congresso projeto estabelecendo o monopólio estatal do petróleo e criando a Petrobras; a proposta acirra a polêmica e então já longa campanha

popular "O petróleo é nosso" e enseja uma batalha parlamentar de 23 meses, até finalmente ser aprovada. Em junho de 1953, nomeia João Goulart ministro do Trabalho, e este adota uma política de alianças com as lideranças sindicais em apoio ao governo.

Ao longo de sua gestão, Vargas depara com a resistência de grupos ligados ao capital internacional e é duramente combatido pela UDN e pela imprensa, em especial pelo jornalista Carlos Lacerda. Esses últimos, além de fazerem seguidas denúncias de casos de corrupção na administração federal, acusam-no de tramar um golpe visando implantar no País uma república sindicalista. Os embates vão se acalorando até que, em 5 de agosto de 1954, um atentado a tiros contra Lacerda fere-o no pé e tira a vida do major da Aeronáutica que o acompanhava dando-lhe proteção. Com a descoberta de que o mandante do crime é o chefe da guarda pessoal do presidente, inicia-se uma aguda crise político-militar em que se exigia a sua renúncia. Pressentindo que seria deposto, Vargas se suicida na madrugada do dia 24.

O vice-presidente Café Filho assume o poder nesse mesmo dia e, por não ter o PSP, seu partido, força suficiente no Congresso para dar-lhe sustentação, forma um governo preponderantemente udenista.

No ano seguinte, as eleições de outubro dão a vitória a Juscelino Kubitschek (PSD), candidato da coligação PSD-PTB, que obtém apertados 33,82% dos votos, contra 30% do segundo colocado, o candidato udenista Juarez Távora. O vice-presidente eleito é João Goulart (PTB). Em 3 de novembro de 1955, Café Filho adoece e é substituído por Carlos Luz (PSD), presidente da Câmara dos Deputados. Ocorre então um contragolpe. Desconfiado de que o presidente interino estaria envolvido numa conspiração para impedir a posse dos eleitos, os quais supostamente seriam a continuação de Vargas, o ministro da Guerra, general Henrique Teixeira Lott, resolve dar um golpe preventivo em nome da legalidade e depõe Carlos Luz no dia 11 de novembro. O Congresso Nacional declara Carlos Luz e Café Filhos impedidos e empossa na presidência da República o vice-presidente do Senado, Nereu Ramos, terceiro na linha de sucessão. Em 25 de novembro, como a situação política era ainda confusa, Nereu Ramos decreta estado de sítio por 30 dias, prorrogando-o depois por mais um mês.

Empossado em 31 de janeiro de 1956, Juscelino é o único presidente civil durante o período democrático de 1946 a 1964 que consegue cumprir integralmente o mandato previsto na Constituição, concluindo-o em 31 de janeiro de 1961. Proposto no início da gestão para dar consequência ao lema "50 anos em 5", o seu Plano de Metas garante-lhe o apoio da maioria do Congresso e das Forças Armadas e faz do seu governo um período de acelerado desenvolvimento econômico com plena liberdade política. Priorizando cinco setores da

economia, o plano compunha-se de 30 metas, além da meta-síntese que era a construção de uma nova capital federal no centro do País. Metas que, mesmo sendo audaciosas por pretender-se realizar em cinco anos o equivalente a 50 anos de desenvolvimento, vão em sua maioria alcançando resultados considerados positivos. Ainda assim, JK defronta-se com duas rebeliões militares, a primeira já em fevereiro de 1956 (Revolta de Jacareacanga, no Pará) e a segunda em dezembro de 1959 (Revolta de Aragarças, em Goiás), ambas protagonizadas por oficiais da Aeronáutica que queriam dar um golpe. Estadista hábil, pragmático e empreendedor, JK responde aos conflitos e desafios conciliando, cooptando, tocando inúmeras obras e irradiando otimismo.

Na economia, o Plano Salte no governo Dutra (1946-1951), Plano Lafer com Vargas, Plano de Metas de JK, todos priorizando os setores de transporte e energia (os dois últimos planos também a indústria de base) como molas indutoras do desenvolvimento econômico. Como se pode ver, não faltou planejamento estatal para que os anos 50 fossem de grande progresso, como de fato foram. No governo Vargas, a opção é por um crescimento autônomo e de cunho estatizante, ou seja, dando-se primazia ao capital nacional e com o Estado investindo nos setores estratégicos para a industrialização e modernização do País. Com esse objetivo, Vargas cria agências estatais como o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE, hoje BNDES) e a Petrobras e promove a construção de indústrias de base como a hidrelétrica de Paulo Afonso, no rio São Francisco, e a Refinaria Artur Bernardes, em Cubatão (SP).

Igualmente empenhado na superação das deficiências de infraestrutura que entravavam o desenvolvimento, JK põe em marcha uma quantidade de obras nunca antes vista. São abertos 20 mil quilômetros de estradas, fundados estaleiros, iniciadas as obras de novas usinas hidrelétricas (Furnas, Três Marias), construídos armazéns e silos, indústrias de mecânica pesada, de cimento, etc. O crescimento das indústrias de base, fundamentais ao processo de industrialização, é de praticamente 100% durante o seu governo. Mas ainda mais espetacular é a expansão da indústria de bens de consumo duráveis. Abrindo a economia para o capital estrangeiro, JK atrai o investimento de grandes empresas multinacionais, como por exemplo as montadoras de automóveis Ford, Volkswagen, Willys e General Motors, que aqui se instalam. E, não sem recorrer a empréstimos externos e constantes emissões de papel-moeda, constrói Brasília, obra que vem consolidar a integração territorial do Brasil e interiorizar o desenvolvimento.

Como resultado da intensa industrialização, o centro de gravidade da economia se desloca do setor agrário para o setor industrial. Porém, a partir do final da década surgem com o modelo econômico adotado por JK dois fantasmas que estorvariam a economia brasileira por anos a fio: dívida externa e inflação altas.

Quanto à política externa, as relações internacionais brasileiras mantêm-se ideologicamente alinhadas com o capitalismo liderado pelos EUA. Não obstante, não impedem o presidente Vargas de adotar uma política econômica francamente nacionalista, limitar a remessa de lucros das empresas estrangeiras para suas matrizes e recusar-se a enviar tropas para a Guerra da Coréia. Fatos como esses levam os EUA, em represália, a cancelar empréstimos e provocar a queda do preço do café, então o principal item da pauta brasileira de exportações. Por outro lado, a Comissão Mista Brasil-Estados Unidos para o Desenvolvimento Econômico, ativa entre 1951 e 1953, não só faz um diagnóstico dos entraves ao mesmo, como propõe medidas que são adotadas com sucesso pelos governantes brasileiros dos anos 50.

Pondo de lado o nacionalismo econômico de seu antecessor, Juscelino se volta para uma política de cooperação internacional na busca de financiamentos e investimentos externos com que realizar o Plano de Metas. Assim, em agosto de 1958, leva o Brasil a assinar seu primeiro acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI). Mas menos de um ano depois, em 17 de junho de 1959, rompe com a instituição por entender que as exigências impostas para concessão de empréstimos poderiam inviabilizar a construção de Brasília e a execução do Plano de Metas. Entre 1956 e 1960, tropas militares brasileiras se fazem presentes no Canal de Suez, na primeira participação do País em operações internacionais de paz. Em 1958, o governo JK propõe aos EUA a Operação Pan-Americana (OPA), programa de desenvolvimento econômico e de redução da miséria nas Américas cuja intenção oculta era evitar o avanço do comunismo na América Latina. A proposta resultaria na criação do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), em 1959, e da Aliança para o Progresso, em 1961.

Quanto à população brasileira, em nenhuma outra década do século 20, a população brasileira cresceu tanto quanto no período 1950-1960: um crescimento em torno de 35%, com o número de pessoas saltando de 52 para 70 milhões. Tal como na década de 40, a população urbana cresceu bem mais que a rural (59% contra 13%), passando de 36% para 44% do total, aumento esse explicado em grande parte pela atração exercida pela crescente industrialização das capitais do Sul e Sudeste, causando um forte êxodo rural. Para se ter uma idéia, somente a

cidade de São Paulo ganha 1,6 milhão de novos habitantes, que aumentam de 2,2 para 3,8 milhões, enquanto o Rio de Janeiro, perdendo o título de maior cidade do País, passa de 2,4 milhões para 3,3.

Em 1958, 22 de fevereiro, estreou a peça Eles Não Usam Black Tie, peça de cunho sociopolítico escrita por Gianfrancesco Guarnieri para o Teatro de Arena, um pequeno teatro de noventa lugares em frente a praça da Consolação em São Paulo, adaptado de uma garagem, hoje Teatro Eugênio Kusnet. A direção da peça foi realizada por José Renato com músicas de Adoniran Barbosa. Foi a escolhida no Seminário de Dramaturgia do Teatro de Arena e tirou-o da falência iminente, dado o sucesso de bilheteria. Ficou mais de um ano em cartaz em São Paulo, fato inédito no teatro brasileiro.

Os atores da montagem inicial foram Lélia Abramo, Eugênio Kusnet, Gianfrancesco Guarnieri, Riva Nimitz, Miriam Mehler, Celeste Lima, Francisco de Assis, Milton Gonçalves, Henrique César, Flávio Migliaccio e Xandó Batista. A peça tem como tema central a greve e a vida operária, com preocupações e reflexões universais do ser humano e foi encenada pela primeira vez quando o movimento Cinema Novo começava a surgir e a convocar a arte ao neo-realismo. No lugar de cenários pomposos e figurinos luxuosos, ficaram apenas os elementos de cena indispensáveis. Ao invés de personagens ricos e nobres, operários e moradores do morro tomaram o palco. Ali, em plenos anos 50, negros eram cidadãos comuns. Pela primeira vez, os conflitos da realidade brasileira ganhavam espaço na caixa cênica. A peça trouxe os camponeses e gente simples à cena teatral e que já haviam sido anteriormente objeto de representação no teatro brasileiro.

O ambiente de peça se situa numa favela, nos anos 50, e tem como tema a greve em uma empresa, e ao lado da greve a peça tem como pano de fundo um debate sobre as grandes verdades eternas, reflexões universais sobre a frágil condição humana, sobre os homens e seus conflitos. É a história de um choque entre pai e filho com posições ideológicas e morais completamente opostas e divergentes, o que, por sinal, dá a tônica dramática ao texto. O pai, Otávio, é operário de carreira, um sonhador, um idealista, leitor de autores socialistas e, ao mesmo tempo um revolucionário por convicção e consciente de suas lutas. Forte e corajoso entre os seus companheiros, experimentou várias lideranças, algumas prisões, com isso ganha destaque entre os seus transformando-se num dos cabeças do movimento grevista. O filho, um operário preocupado com sua namorada que engravidou, e eles decidem se casar; para

não perder o emprego, ele resolve furar a greve, que é liderada por seu pai, iniciando um conflito familiar que se estende às assembleias e piquetes.

O Filme Eles Não Usam Black Tie no ambiente do Golpe de 64

Os capitalistas sempre que se sentem ameaçados, constroem saídas seguras para seus interesses de classe. No golpe militar de 1964, jogaram as forças de esquerda na clandestinidade, afastando as lideranças das massas; porque sabiam que estas forças têm a capacidade de firmar na classe trabalhadora a ideologia do proletariado, organizar e educar para romper com a exploração mais vil: a exploração do homem pelo homem.

Na história recente, após a chamada abertura e a redemocratização do Estado, estrategicamente a classe dominante nacional – comandada pelo capital internacional - tratou de reformar o Estado e construir um conjunto de regras institucionais de forma a regular a ação das forças de esquerda, impondo um limite seguro para as relações das organizações de esquerda com a classe trabalhadora e com o Estado.

Mas a classe operária não se submete ao limite das concessões, vai além e, como no período de exceção, rasgou com as normas estabelecidas pelos banqueiros e patrões do capitalismo e construiu as suas saídas, as estratégias que nos levaram, em poucos anos, a sermos capazes de oferecer uma nova proposta para a relação do Estado com a sociedade de forma a garantir mais que a justiça social, mas o fim da exploração do homem.

No período que antecedeu o golpe dos militares, havia um clamor por reformas sustentadas, por Jango – desde a Agrária até a do próprio Estado, condição sentida pela inflação “galopante”, o desemprego crescente, o aumento da concentração de renda, a diminuição da taxa de crescimento e a miserabilização do campo e da cidade.

As Ligas Camponesas no Nordeste e Greves no Sudeste apontavam às reformas, empurrando o Estado para uma grande revisão na Constituição, o que assustou as elites e as Forças Armadas.

Sem apoio no Congresso, Jango radicaliza seu discurso e anuncia desapropriação de terras e encampações de refinarias. Neste momento, as reformas populares já contavam com a adesão de Estados fortes como São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais.

Os militares, comandados principalmente pelo Gal. Golberri do Couto e Silva, Cordeiro de Farias e Castelo Branco – a partir da Escola Superior de Guerra, sustentados pelas elites nacionais e internacionais e pelo grande capital internacional, dão o golpe de 1º de abril de 1964.

Com a intenção de enfrentar ao golpe, foi articulada uma resistência institucional, centrada no movimento pela legalidade, mas não foi o suficiente para enfrentar o golpe.

O Golpe de 1º de abril de 1964 acontece em ambiente de plena guerra fria, imposta belicamente às Nações Socialistas pelos capitalistas, os planos de dominação política, econômica e bélica dos Norte-Americanos, as chacinas dos conflitos árabes-israelenses, as ditaduras se consolidando como forma de governo, ...

No Brasil, desde o início da sangrenta ditadura, os líderes dos trabalhadores resistiram na clandestinidade, muitos até optando pela organização de grupos de resistência armada. Os líderes da Classe Operária foram torturados, exilados e muitos homens e mulheres foram mortos nos porões desta ditadura militar sangrenta.

As elites e os militares prometem um milagre e impõem à sociedade brasileira empréstimos de banqueiros internacionais e pacotes econômicos – que mais tarde iriam se transformar em uma grande dívida econômica e social a ser cobrada dos trabalhadores.

Para o Ensino Superior no Brasil, o Golpe trouxe consigo a Reforma do Ensino de 1969, imediatamente após as manifestações estudantis de 1968. Esta Reforma, mais do que romper com a “velha Universidade”, ela foi concebida de forma a adaptar a Universidade ao novo modelo de acumulação de riquezas. A Reforma Universitária privilegiou o papel da Universidade como formadora de técnicos para produção industrial e operadores de tecnologia, subordinando o conhecimento e a produção científica às necessidades de adequação tecnológica das empresas e do aparelho estatal. Além disto, incentivou a expansão da rede particular de ensino superior, de modo a reduzir os gastos públicos no setor. A Reforma do ensino também atribuiu às autoridades universitárias e ao MEC o poder de desligar estudantes e demitir professores e técnico-administrativos, promovendo a centralização e a verticalização das estruturas de poder, como a nomeação de reitores pelo presidente da República. (Cadernos da FASUBRA – Por Uma Universidade Cidadã para os Trabalhadores)

No campo, o incentivo à produção restrito aos grandes produtores e as políticas autoritárias e de favorecimentos tiveram como conseqüência a expulsão de trabalhadores rurais com pequenas propriedades, onde o êxodo rural chegou a um número próximo à população da Argentina na época. Neste período, a população rural do Brasil passou de 65% para 33% da população total.

De 1969 a 1974, com Médici, foi o período mais duro e de maior terror, com certeza, com assassinatos de trabalhadores e trabalhadoras. Muita repressão, torturas, assassinatos, exílios.

Neste período de exceção e amplos poderes, tudo foi permitido fazer em nome do poder instituído:

- suspensão dos direitos políticos
- eleição indireta para presidente
- fim do pluripartidarismo, surge o bipartidarismo – ARENA (sustentação da ditadura) e MDB (falsa oposição)
- eleições indiretas para governadores e “zonas de segurança”
- assinatura do acordo MEC-USAID, onde os EUA interferiram no nosso sistema educacional, com a adoção do modelo tecnicista norte-americano
- extinção da UNE e UEEs
- Criação do SNI, DOPS, DOICOD, CCC, responsáveis fortes pela repressão
- Criação da OBAN, responsável pelas torturas e perseguições
- Instituiu os Atos Institucionais
- Estipulou que os crimes contra a segurança nacional seriam julgados por tribunais militares
- Criou a censura e a lei de imprensa
- Interferiu diretamente nas Universidades e Escolas, criando a Lei 477 contra Estudantes e Professores
- Criou a pena de morte, o estado de sítio e o exílio político

De 1974 para frente, o governo falava em distensão lenta, gradual e segura, mas o que se viu, na verdade, foi uma conjuntura forjada pelos Movimentos de Esquerda:

- a grande vitória do Movimento de Esquerda nas eleições de 1974, quando o voto foi utilizado como uma arma de protesto contra a ditadura;
- a reorganização do Movimento Estudantil em 1977, quando os estudantes rompem com a ditadura e reorganizam a UNE;
- em 1978, grandes Greves tomam conta do país e, em 1979, mais de 4 milhões de trabalhadores deflagram greve, inclusive Servidores Públicos rompem com a lei de greve contra os monopólios e contra a ditadura.

Em 1979 é aprovada a anistia, que na verdade era a liberdade para alguns presos políticos, já que anistia deveria ser vista como esquecimento, mas as elites não a concederam desta forma: funcionários públicos, civís e militares, e operários afastados dos seus postos de trabalho não foram reintegrados aos seus cargos.

A “Recondução do País à Democracia”, proposta por Figueiredo, não passava de mais uma tentativa de golpe nos trabalhadores, principalmente se verificada a conjuntura interna desfavorável à manutenção do poder na mão dos militares e também a conjuntura internacional dos países capitalistas.

Havia, no conjunto, uma crise política, econômica, moral, cultural e ideológica atrás da abertura concedida. A redemocratização e a abertura no Brasil e no mundo buscavam resolver mais uma crise do capitalismo. Muito mais do que a crise do Petróleo, na década de 1970, existiam 16 milhões de desempregados na Europa Ocidental, EUA, Canadá e Japão. Só na França, 800 mil jovens após terminarem seus cursos de formação não tinham emprego.

Nesta conjuntura, para a classe operária do campo e da cidade, duas grandes vitórias: em agosto de 1983 foi fundada a Central Única dos Trabalhadores - CUT, e em janeiro de 1984 é fundado o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST, instrumentos de luta da classe trabalhadora sustentados no princípio básico da Democracia: não exploração do homem pelo homem.

Mas ainda no Regime Militar, em 1984, houve a possibilidade dos trabalhadores romperem com as amarras do poder instituído pela burguesia através da **Campanha das “Diretas Já”**. A eleição do Presidente da República proposta pelo Movimento Popular no Congresso, por meio da Emenda Dante de Oliveira, foi uma ofensiva dos trabalhadores que buscava o rompimento com a lógica estabelecida pelas oligarquias no Brasil.

Mas acordos políticos, inclusive com a participação de Partidos de Esquerda, inviabilizaram as “Diretas” e, em uma eleição por colégio eleitoral, foram eleitos Tancredo, que não governou, e Sarney, como vice assume - ex-militante da ARENA e defensor da ditadura militar, garantiu a transição segura para o liberalismo no Brasil.

Nesse ambiente, em 28 de setembro de 1981, é lançado o filme Eles não Usam Black Tie, que tem no seu elenco Fernanda Montenegro, Gianfrancesco Guarnieri, Carlos Alberto Riccelli, Bete Mendes, Anselmo Vasconcelos, Cristina Rodrigues, Fernando Peixoto, Fernando Bezerra, Francisco Milani, Francisca da Conceição, Fernando Ramos da Silva, Flávio Guarnieri, Gilberto Moura, Gésio Amadeu, Jalusa Barcelos, José Araújo, Lélia Abramo, Lizete Negreiros, Mercedes

Dias, Milton Gonçalves, Paulo José, Renato Consorte, Rafael de Carvalho, Tony Wilson, Wilson Silva, Antônio de Pieri, Amaury Pinto, Genezio de Barros, Maurício Amalfi, Nelson Xavier, Oduvaldo Brito, Antônio Joaquim da Silva, Walter da Cruz, Aldo Bueno, Almir Ribeiro, Antônio Leite, Antônio Petrin, Eduardo da Conceição, João Acaiabe, Luís Carlos Borges, Ricardo Dias, Cilas Gregório, Israel Pinheiro, João França, Luís Tedax, Leide Câmara, Maria Julia Gomes, Lene Nunes, Maria Letícia Nascimento, Carlos Costa, Dirce Marques, Rosiete Cavalcanti, Teresa Maldonado, Cachimbo.

O Filme, resguardando a concepção original, aprofunda o debate e se debruça sobre os conflitos, contradições e anseios da classe trabalhadora no final dos anos 1970, na crise final da ditadura militar, adota uma narrativa realista que situa, em polos antagônicos, a esperança na ação coletiva e a aposta nas saídas individuais, como alternativa de vida para os trabalhadores.

Sucesso de bilheteria nos anos 1980, o longa apresenta a história de um casal de namorados, Tião (Carlos Alberto Riccelli) e Maria (Bete Mendes), que decidem se casar ao saber que vão ter um filho. Eles planejam uma nova vida para poder oferecer uma vida boa para a criança que vai nascer.

Neste contexto, um movimento grevista estoura na fábrica onde o casal trabalha em São Paulo e a felicidade deles começa a desmoronar. O movimento divide os operários da fábrica. Pensando no casamento e no bem-estar da família, Tião resolve furar a greve e continuar no trabalho. A decisão desagrade seu pai Otávio (Gianfrancesco Guarnieri), o líder do movimento, um sindicalista que fora preso nos tempos ditadura militar.

Em torno do conflito entre o pai sindicalista, Otávio, e o filho alienado, Tião, constrói-se uma trama comovente que reflete os efeitos da luta pela sobrevivência no seio da família operária.

Ao lado de Fernanda Montenegro, que interpreta a esposa Romana, Guarnieri compôs um dos momentos de maior expressividade do cinema nacional, protagonizando uma das cenas mais tocantes do cinema brasileiro: a cena em que ambos desolados por causa da ruptura com o filho e pela morte do amigo Bráulio (Milton Gonçalves) se põem a catar feijão, Foto 1: Fernanda Montenegro e Gianfrancesco Guarnieri.



Foto 1: Fernanda Montenegro e Gianfrancesco Guarnieri

Dirigido por Leon Hirschman, *Eles não usam black-tie* foi distribuído em diferentes países e nos EUA com o título de "They Don't Wear Black Tie"; conquistou diferentes prêmios, como:

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CRÍTICOS DE CINEMA - ABRACCINE

Eleito décimo quarto melhor filme brasileiro de todos os tempos

FESTIVAL DE VENEZA - 1981

Prêmio Especial do Júri

Prêmio FIPRESCI

Prêmio OCIC - Menção Honrosa Especial

Prêmio FICE

FESTIVAL DE HAVANA - 1981

Grande Coral - Primeiro Prêmio

ASSOCIAÇÃO DE CRÍTICOS DE ARTE DE SÃO PAULO - 1982

Melhor Ator - Gianfrancesco Guarnieri

FESTIVAL DE CARTAGENA - 1983

Prêmio da Crítica